

OS TRIBUNAIS E AS URGÊNCIAS DAS RESPOSTAS DA JUSTIÇA AO CIDADÃO^{1,2}
THE COURTS AND THE URGENCY ON THE ANSWERS OF JUSTICE TO THE CITIZENS

Gonçalo Xavier Silvano*

Resumo: O presente texto versa sobre algumas das problemáticas que envolvem o sistema de Justiça e, em consequência, também o processo executivo, que, por isso, o tornam incapaz, neste momento, de responder à urgência de uma resposta rápida por parte dos Tribunais.

Palavras-Chave: Acção Executiva; Alguns dos Fundamentos para a compreensão da actual morosidade da Acção Executiva.

Abstract: The following text refers to some of the problematic issues that involve the system of Justice and, consequently, also the Executive Process, which, therefore, will make it unable, at the moment, to answer positively to the urgency of a quick reply from the Courts.

Keywords: Executive Process; Some of the grounds to understand the present delay of Executive Process.

O Instituto Jurídico Portucalense decidiu levar a cabo este Ciclo de Conferências sob o tema “o Estado da Justiça”.

Como se compreenderá trata-se, de um tema vastíssimo que exige de todos nós uma síntese muito apurada para em pouco tempo poder traçar-se as linhas essenciais de qual é o Estado da Justiça, numa altura em que quase toda a gente, inclusive responsáveis políticos, emite opinião dando um quadro negro de tudo o que se passa na Justiça e de um modo geral confundindo os múltiplos aspectos práticos do seu funcionamento.

Não queria colocar-me numa análise apenas crítica dos que assumem uma posição de destruição total do sistema de Justiça, porquanto é desde logo patente, para o observador minimamente atento, que os sinais dessas críticas, por vezes com objectivos pouco transparentes, são absolutamente contraditórios.

Enquanto que por um lado se afirma que a Justiça está em total crise, sem se fazer a sua real identificação, logo em seguida se afirma noutros fóruns públicos e particulares que a Justiça constitui, mesmo no estado em que está, o único reduto de defesa da liberdade, onde se podem reclamar os direitos de cidadão em termos individuais e contra prepotências do próprio Estado ou outras.

Proponho-me tratar, sim, o tema que escolhi numa perspectiva construtiva, simples e realista, sem o sentido de erudição ou sistemáticas e abundantes repetições e transcrições dos pensamentos que recorrentemente são desenvolvidos sobre a matéria.

O tema que sugeri para esta minha intervenção “**Os Tribunais e as Urgências das respostas da Justiça ao cidadão**” tem precisamente a ver com aquilo que eu penso estar hoje umbilicalmente ligado à razão que leva a que vulgarmente se diga que a Justiça já não responde ao que dela se espera e por isso está em verdadeira e profunda crise.

* Juiz de Direito.

¹ Este texto corresponde ao discurso proferido na Universidade Portucalense no dia 15 de Maio de 2009.

² Este texto reúne uma síntese de várias reflexões sobre temáticas parcelares da situação da justiça em geral, acompanhando e transcrevendo-se também o pensamento vertido de algumas das intervenções que se vão mencionando no seu desenvolvimento.

Afirma-se hoje que a Justiça não dá, na generalidade, as respostas prontas ao cidadão que as exige e a elas tem direito.

Ora antes de responder a essa questão há que formular uma outra questão prévia que é a seguinte:

Será que o sistema de Justiça tem actualmente condições de nos vários níveis de jurisdição dar todas as respostas de uma forma pronta?

E se não as dá, porque é que isso acontece?

É aqui que há necessidade de ser claro e desenvolver algumas considerações gerais para que o cidadão possa ter uma visão do Estado da Justiça enquadrada nestas questões e podermos dizer se realmente a Justiça está em crise e porquê.

Será que uma resposta urgente não é dada por causa das leis existentes ou será que são os magistrados que retardam, sem razão, a tramitação dos processos ou haverá outros operadores que nela intervêm que também não cumprem a sua parte?

É nestas vertentes que quero convosco partilhar as minhas reflexões de hoje e deixar também, como irei justificar, uma nota de esperança a todos, desde os que estão envolvidos na Justiça, a começar pelos que ensinam e aprendem o direito, até aos que o aplicam na prática do dia a dia dos tribunais.

Em primeiro lugar a Justiça terá de ser vista como uma questão de cidadania.

Tudo o que diz respeito à Justiça, seja sobre as questões emergentes da organização do novo mapa judiciário do país (*matéria agora tão actual, instaladas que foram as três primeiras comarcas experimentais*) seja para discutir as regras dos vários códigos que foram sendo alterados (CProcesso Penal e CPC), quer todos os reflexos das alterações das diversas leis de investigação criminal e estatutos dos magistrados, advogados, oficiais de justiça e polícias, bem como a tutela efectiva de direitos, liberdades e garantias, tudo deve envolver não só a comunidade forense como toda a sociedade.

Havendo uma boa consciencialização do funcionamento dos mecanismos por parte do cidadão certamente muitas das ideias feitas sobre a crise da Justiça desapareceriam.

A problemática da “crise da Justiça” é complexa, como todos aliás reconhecem, já que a justiça em si é um ideal inatingível desde tempos imemoriais.

Porém, como se vem constatando, é **a morosidade nas decisões dos tribunais que constitui o maior factor da insatisfação do cidadão** a par da substância das próprias decisões, que, como é natural, ao resolverem os conflitos individuais não agradam a todos.

É a possibilidade da realização de um direito justo que garante a paz social em liberdade e segurança.

O viver em colectivo implica a partilha do sentido da vida no mundo e, nessa medida, um compromisso de partilha sócio-cultural assumido na sociedade.

O Direito apresenta-se como um ingrediente indispensável das nossas sociedades como meio de garantir a liberdade, a justiça, a segurança e a coesão social, que traçam afinal os horizontes da Humanidade.

Como é comum dizer-se, a realização do *Direito é obra de homens inebriados pelo sonho da Justiça*.

Tal como decorre da nossa CRP- artigo 1º da CRP, somos um Estado de direito democrático, subordinado à Constituição e à legalidade democrática, em que pontuam o respeito e a garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e a separação e interdependência de poderes.

Compete, pois, em primeira linha, ao Estado desempenhar as tarefas fundamentais para o conseguir no quadro das funções soberanas definidas na Constituição, **através da produção de leis adequadas, da adopção e execução de políticas eficazes e da administração de uma justiça célere e efectiva.**

Assim, ajuizar sobre o estado da Justiça envolve não só questionar o desempenho dos Tribunais no exercício da função jurisdicional, **mas também aferir da adequação das leis e das políticas de Justiça, na medida em que estas condicionam fortemente aquele desempenho.**

Segundo o nº 1 do artigo 6º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, **qualquer pessoa tem direito a que a sua causa seja examinada equitativa e publicamente, num prazo razoável, por um tribunal independente e imparcial,** estabelecido pela lei, o qual decidirá quer sobre a determinação dos seus direitos e obrigações de carácter civil, quer sobre o fundamento de qualquer acusação em matéria penal dirigida contra ela.

E conforme salienta o Parecer nº 2 (2001) do Conselho Consultivo dos Juízes Europeus ao Conselho de Ministros da Europa, existe uma relação evidente entre, por um lado, o financiamento dos tribunais e, por outro lado, os princípios da Convenção Europeia dos Direitos do Homem no sentido de que **o acesso à justiça e o direito a um processo equitativo não serão assegurados se uma questão não puder ser examinada num prazo razoável por um tribunal que disponha da autoridade e meios apropriados para agir eficazmente.**

Começamos então pelos Tribunais, sua **independência e imparcialidade, pressupostos essenciais para que o cidadão tenha esse acesso à Justiça e o reconhecimento do seu direito em tempo razoável.**

Os Tribunais administram a justiça em nome do povo, com independência e inteira submissão à Constituição e à lei (artigos 203º e 204º CRP), ou seja, com base nas fontes de direito reconhecidas pelo nosso ordenamento jurídico mediante procedimentos legalmente estabelecidos, que são as regras do processo judicial e dentro do princípio do processo equitativo (art. 20º, nº 4, da CRP).

As decisões judiciais são tomadas segundo os princípios da interpretação e aplicação das leis e de valoração dos factos relevantes, **devendo ser fundamentadas por forma a conferir-lhe racionalidade e compreensibilidade.** (cfr. Estudo desenvolvido pelo Desembargador Manuel Tomé Soares Gomes em 15-2-2009-Na revista *In Verbis* sob o título “ Nas Brumas da Crise da Justiça).

Nas questões da Justiça têm de estar salvaguardados estes princípios e um aspecto primordial que tem de ficar absolutamente seguro, sem qualquer hesitação, é o princípio da independência dos juízes e a autonomia do Ministério Público, elementos essenciais do funcionamento da nossa Justiça.

Por isso todas as soluções que visem responsabilizar civilmente magistrados judiciais devem ser muito ponderadas por forma a não constituírem-se como pressões injustificadas (excepto nos casos de dolo).

O juiz só é plenamente independente a decidir se, excluído o dolo, for plenamente irresponsável.

É que o juiz, quando erra intencionalmente, destruiu, nesse acto, a razão de ser da sua independência e irresponsabilidade, que é a recta intenção. E então deve ser responsabilizado, sem quaisquer restrições.

Mas se estiver em causa a mera negligência, em que a vontade consciente não está presente, e a recta intenção se mantém, responsabilizar o magistrado é ferir aquilo mesmo que nos garante a sua independência – a irresponsabilidade pelos actos geradores de prejuízos, quando não se verifique dolo.

Ora sem um poder judicial cujas garantias de independência não estejam, efectivamente asseguradas, não há Estado de Direito, nem democracia.

Isto é muito importante para garantir a todos os cidadãos que não serão perseguidos, nem julgados, pelas suas convicções. E que quando se sentam no banco dos réus, ou quando pedem a reparação para os seus interesses ofendidos estão perante juízes independentes a quem cabe dizer, em cada caso, o que é de direito.

Segundo **Cristina Queiroz**, na sua obra *Interpretação Constitucional e Poder Judicial*, só um poder judicial activo e não reactivo confere visibilidade à Constituição, garante os valores constitucionais e impõe a estabilidade e a moderação na legislação (cfr também sobre este particular aspecto NUNO GAROUPA | JORNAL DE NEGÓCIOS | 12.02.2009 em artigo sobre a legitimidade democrática do poder judicial).

Garantido que hoje não estará em causa essa independência, então há que analisar o sistema de Justiça com vista a regular interesses e conflitos, de forma equitativa, pronta e eficaz e para que **sirva para os fins que o justificam.**

Coloca-se então a questão:

Estão os tribunais, nestas condições, a dar as respostas urgentes ao cidadão?

O sistema de Justiça é hoje desafiado a responder a questões que se desenvolvem numa série de áreas: **políticas, económicas, sociais e culturais.**

O dinamismo das sociedades contemporâneas, emergente do desenvolvimento económico-social e da revolução tecnológica, em especial nas áreas da comunicação e informação e agora com toda a complexidade da crise económica de que muito recentemente nos falou o economista americano Stiglitz-Público de 9-05-2009), **requer uma regulação jurídica mais aberta, flexível, tecnicamente complexa e, por vezes, até experimental.**

O acentuado desenvolvimento social e económico, por um lado, e uma maior consensualização dos direitos da cidadania, pelo outro, constituem os dois grandes factores do recrudescimento da procura dos serviços judiciais.

Neste quadro, criam-se tensões entre a perspectiva de quem legisla sobre a pressão dos interesses sócio-económicos para atingir objectivos sociais e expectativas programáticas legítimas, mas por vezes irrealistas.

A massificação de todos estes litígios judiciais (como sistematicamente tem denunciado o senhor Presidente do STJ, Conselheiro Noronha do Nascimento), por si só, introduz morosidade e faz baixar a qualidade das respostas que os cidadãos pretendem legitimamente obter do sistema de Justiça.

Nestas condições o aparelho judiciário tradicional tem-se mostrado insuficiente na resposta eficaz desta procura.

Ao judiciário é por vezes assacada uma responsabilidade social por decisões pouco eficazes e pouco céleres, mas que muitas vezes *são geradas numa inadequada estruturação das expectativas anunciadas e agravadas pela menos cuidada produção legislativa e por uma deficiente implementação e gestão dos recursos materiais e humanos.*

Os tribunais gerem a sua função com base em factos que têm de ser provados, sem que a verdade absoluta se revele atingível. A ciência do direito não é exacta, é da sua essência a controvérsia, há mais casos que normas que os prevejam directamente, o legislador não pode prever todas as hipóteses possíveis e os tribunais experimentam acrescida dificuldade na adequação das leis às situações da vida envolventes (cfr Salvador da Costa em artigo publicado na Revista in Fórum Permanente da Justiça Independente)

O excesso de trabalho que os juízes suportam, a complexidade das acções e a falta de condições materiais e pessoais dos tribunais, o que torna cada vez mais difícil

o exercício da sua função, e não raro a referida tal sobrecarga faz perigar a exigência de ponderação, tendendo a prevalecer a pressão para a pressa, que facilita o erro de decisão.

Este é um aspecto que, nascendo de um sistema legislativo pouco claro e reflectido, acaba por redundar em mais um contributo para a morosidade da Justiça.

Por outro lado, uma das primeiras debilidades do sistema que prepara os seus juízes é lança-los saídos do Centro de Estudos Judiciários para Comarcas altamente complexas, como auxiliares, sem os colocar primeiramente em comarcas de menor serviço onde pudessem sedimentar serenamente os seus conhecimentos adquiridos.

Para a melhoria do sistema de Justiça é importante que assim não aconteça pois será frustrante e contraditório estar a formar jovens juízes dentro de princípios, que em teoria, são considerados os mais adequados e rigorosos para, logo a seguir, colocá-los em tribunais com pendência processual elevadíssima, *em vez de os colocar, de acordo com a expectativa que legalmente lhes assiste, em comarcas de menor movimento, onde possam sedimentar a sua formação* com o estudo cuidadoso das questões que têm para decidir, o que não é possível se tiverem um ratio processual a rondar a média desumana e impraticável de despachar, por ex., em normalidade, 2.000 a 3.000 ou mais processos por Juiz.

Ou, pior que isso, como aconteceu no passado, proceder a essas colocações, encurtando o normal e legal tempo de estágio, com o argumento da necessidade de medidas a curto prazo para fazer face à alta pendência processual.

A exigível celeridade processual não se resolve à custa de sacrifícios na formação de uma classe profissional, sob pena de os danos daí decorrentes virem a revelar-se irreparáveis e gravemente lesivos da judicatura.

Defendemos, ainda, que muita da litigiosidade que invade os tribunais (*embora se reconheça que muito tem sido feito nessa matéria*) terá de ser encaminhada para mecanismos de resolução **alternativa de litígios e sistemas de arbitragem**, mas sem que isso possa constituir um caminho final de deslegitimar os tribunais estaduais (de um modo algo exagerado afirma o Senhor Advogado Francisco Guerra-Boletim da Delegação de Santarém e Conselho Distrital de Évora-Jan-Abril de 2009 o que pode constituir um fundamentado receio sobre este aspecto: *"Com tanta desjudicialização, não tardará o tempo em que os tribunais mais não serão que meros adornos do Estado sem qualquer utilidade social prática"*).

(Sobre esses meios de resolução alternativos de justiça, centros de arbitragem e designadamente Julgados de Paz, que em abono da verdade já têm vindo a ser desenvolvidos, ouvirão certamente falar proximamente o Senhor Conselheiro Cardona Ferreira).

Enfim, o que se pretende é **que se deve reservar a actividade dos tribunais ao acto de julgar**, às questões com verdadeira dignidade jurisdicional, evitando malbaratar todo o capital investido na formação dos juízes em actividades que nada têm a ver com a sua formação específica.

Por outro lado, os tribunais não podem continuar a funcionar, redutora e quase exclusivamente, como autênticos institutos de penhora **para cobrança das dívidas das grandes empresas**.

O processo executivo é disso exemplo, como mais adiante abordarei, com enormes repercussões negativas na imagem do funcionamento da Justiça.

Os juízes precisam de estar libertos dessas actividades.

Precisam de espaço e de tempo para ouvirem e ponderarem, pressupostos indispensáveis a julgamentos conscienciosos.

Por outro lado (e aqui está mais um aspecto de entrave ao funcionamento da justiça) **o sistema de Justiça não opera em ambiente fechado.**

A eficácia das respostas do judiciário depende ainda do desempenho de outros subsistemas que intervêm no apoio à tomada de decisão ou à sua execução prática, quer ainda no que respeita ao ineficiente funcionamento dos chamados sistemas preventivos e sancionatórios que actuam a montante da intervenção judiciária.

Com efeito, o deficiente desempenho dos sistemas da prevenção da criminalidade ou da prevenção rodoviária, do controlo administrativo das cláusulas contratuais gerais, entre muitos outros faz com que o sistema judiciário seja colonizado para dar resposta a muitas situações que bem poderiam ter sido prevenidas ou atempadamente sancionadas em sede daqueles subsistemas.

Também a ineficiência do sistema de Justiça no que diz respeito a sistemas de apoio à tomada de decisão judicial, como, *por exemplo, ao nível das perícias e dos gabinetes de apoio ao juiz dos tribunais comuns ou na área de família e menores, bem como para a execução das decisões, seja ao nível da execução de penas, seja no plano das execuções cíveis, tem múltiplas falhas.*

E tudo isto (sem falarmos do sistema executivo em concreto, de que vos falarei em particular em seguida) compromete, por vezes, as respostas do sistema judiciário, **afectando a sua credibilidade.**

Verificamos, pois, que na identificação dos factores da crise da Justiça, importa distinguir não só **a adequação das medidas legislativas e dos meios técnicos e logísticos disponibilizados, mas também a qualidade do desempenho dos tribunais.**

No domínio das medidas legislativas, uma das críticas que mais se tem feito sentir é a da chamada “incontinência legislativa”.

Na verdade, é comum dizer-se (Artigo acima citado de Manuel Tomé Soares Gomes) que *o sistema jurídico como instância de regulação, promoção e pacificação social carece de sedimentação e estabilidade, que permitam ao cidadão interiorizar os modelos de comportamento devidos e prever com um grau de certeza satisfatório as respostas que pode esperar da aplicação das sanções instituídas para quem se não conforme com a ordem jurídica estabelecida.*

Sucedem-se, assim, quase em catadupa, leis atrás de leis, com o pretexto de novos aperfeiçoamentos que, muitas vezes, mais não são do que a correcção, não assumida, de soluções anteriormente pouco ponderadas e tecnicamente mal desenhadas. E para a implementação de tudo isso faltam frequentemente os necessários recursos materiais e humanos, muitas vezes só conseguidos com apoio logístico de última hora e de acções de formação intensivas e apressadas, com custos financeiros desproporcionados para atingir os níveis de eficiência técnica pretendidos.

Há, pois, que ter uma *visão sistémica da bondade de uma qualquer reforma legislativa, e, por conseguinte, a responsabilidade política da mesma, não se afere pelas meras expectativas geradas e amplamente publicitadas em torno do acto de produção das leis, mas basicamente pelos resultados da sua execução.*

Tudo isto induz um elevado grau de incerteza e de instabilidade na consciência jurídica dos cidadãos e quebra a motivação dos operadores judiciários que se vêem socialmente responsabilizados pela ineficiência de um sistema para cuja execução dão o melhor do seu esforço.

Vozes académicas autorizadas ainda recentemente apontaram esse factor como um dos elementos determinantes a par de outros:

Refiro-me a uma entrevista de **José Faria da Costa** professor catedrático na Faculdade de Direito de Coimbra ao Expresso de 26-Julho-2008 que refere o seguinte e passo a transcrever pela sua relevância:

Diz depois de lhe ter sido perguntado se **O principal problema da Justiça é a celeridade ou a credibilidade?**

“A morosidade é absolutamente insustentável. Não podemos trabalhar com tempo de Matusalém. A economia não pode estar sujeita a bloqueios da justiça. É contraproducente. A justiça é feita por homens e instituições. As instituições têm tempos e movimentos que nem sempre são adequados à sociedade do instante.

Em seguida perguntaram-lhe:

Mas é a Justiça quem vai ter de mudar?

Vai. Mas eu também não quero uma justiça do instante, porque isso é uma negação da própria ideia de justiça. Quero uma justiça adequada aos tempos. Nem quero uma justiça feita em termos electrónicos. A mediação humana é essencial.

Porque é que ainda existem esses bloqueios à mudança?

Ainda não se interiorizou que o tempo de realização de um acto de justiça tem de ser célere. Não vale a pena continuar com a ideia de que só com mais meios é que os problemas se resolvem.

Os meios são necessários, mas o que é preciso é criar uma cultura jurídica que passe pela adopção da ideia de que a justiça no século XXI não é a mesma da dos séculos XVIII e XIX.

Se fosse ministro da Justiça, qual seria a sua primeira medida?

A primeira ideia que me ocorre, que é absolutamente irreal, passava por articular os vários departamentos da justiça. E, na medida do possível, legislar o menos possível. Perante a legislação que temos, concretizá-la, efectivá-la...

Havia necessidade de mudar o Código Penal e o Código do Processo Penal?

A reforma veio tentar resolver muitos problemas, mas criou outros que se revelarão com o tempo. O experimentalismo é sempre complicado. Na Suíça há leis experimentais, mas são coisas localizadíssimas. Não são nos grandes códigos. A Itália tem um Código Penal que vem do fascismo. A estrutura fundamental mantém-se desde 1930.

Porque é que cá se muda?

É um gosto, um modo de ser português. Queremos deixar o nosso nome no Diário da República.

Acrece ainda que as novas tecnologias criaram, entretanto, uma sociedade descentrada e estruturalmente mediada **através de fluxos incessantes de discursos e imagens da esfera do “público”**. E as sociedades de comunicação tornaram difícil a gestão da palavra e a gestão do silêncio. Esta dificuldade transformou em excepção o que devia ser a regra: a verdade dos factos e a isenção da opinião. É este o sentimento tão **bem expresso na exclamação de García Márquez: “Temos tanta informação, mas não sabemos a verdade!”**

Os media também não previram a ditadura de um mercado impiedoso, pautado por uma competição feroz e desregrada, com pouca massa crítica e crescentes dificuldades de financiamento. Por fim, os centros de decisão e poder, no seu conjunto, não esperavam ficar reféns desta teia excessiva e desrazoável.

Aonde nos leva esta nova “opinião pública” fabricada pelos media através de sondagens e inquéritos, que vem substituindo a crítica e o debate cívico, despojando os cidadãos e a cidadania da heterogeneidade e substância conflitual que lhes é inerente? (MARIA JOSÉ NOGUEIRA PINTO | DIÁRIO DE NOTÍCIAS | 26.02.2009).

Do livro de **Ignácio Ramonet**, intitulado **«A Tirania da Comunicação»**, Campo das Letras. Editores, S.A./1999.

«...só o que se vê merece ser objecto de informação; aquilo que não é visível e que não tem imagem não é televisivo, portanto não existe do ponto de vista mediático».

«Ora, o único meio de que os cidadãos dispõem para confirmar se uma informação é verídica é confrontar os discursos dos diferentes media. Então, se todos afirmam a mesma coisa, não nos resta senão aceitar esse discurso único...».

«Hoje um facto é verdadeiro não porque obedece a critérios objectivos e rigorosos e comprovados na fonte, mas simplesmente porque outros media repetem as mesmas afirmações e confirmam....A repetição substitui-se à verificação».

Por outro lado ainda, conforme refere o Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Henrique Gaspar numa das suas recente intervenções públicas na Faculdade de Economia de Coimbra:

As complexas sociedades da contemporaneidade transformaram-se em sociedades de desconfiança e a confiança como instituição invisível erodiu-se.

Por sua vez as sociedades de desconfiança geram mecanismos de verificação e as formas de desconfiança em relação às instituições e aos poderes assumem uma confrontação permanente.

A justiça e as suas instituições, porventura em tempo mais tardio que outras instituições, encontram-se também agora no centro do julgamento público, numa contradição entre a atribuição da confiança e da desconfiança.

Mas as instituições não podem ceder às exigências voláteis da mera sensibilidade da época e à tirania da imagem, embora não podendo ficar indiferentes a leituras que a complexidade e as mutações sociais quotidianamente lhes impõem. Por debaixo da espuma dos dias, as instituições têm de saber identificar as expectativas dos cidadãos e encontrar os meios adequados de respostas.

O maior desafio que teremos situar-se-á ao nível de garantir a segurança do cidadão sem sacrificar a liberdade e os direitos fundamentais”.

Vemos aqui por estes depoimentos e transcrições que, em poucas palavras, se fez uma fotografia real e objectiva de toda a problemática que nos dias de hoje aflige o nosso sistema de justiça!

Que são:

- a) **Problemas estruturais a nível do ensino;**
- c) **Problemas de relacionamento entre os media e os operadores judiciais;**
- b) **Problemas de consolidação legislativa;**
- d) **Problemas culturais;**
- e) **Problemas de rigor a nível organizacional.**

Ora isto leva-nos a dizer que é preciso parar para *pensar e recorrer aos que efectivamente sabem e pensam e não aos que julgam que sabem mas nada sabem e que julgam que pensam mas unicamente divagam.*

As sucessivas alterações legislativas ao longo dos últimos 20 anos e a falta de procedimentos de rotina comuns a magistrados e advogados impede que haja uma maior eficiência no trabalho realizado nos processos.

No que diz respeito à gestão judiciária, há que encontrar os meios e instrumentos mais adequados para gerir um sistema complexo, como é o da justiça, com a lucidez de que o fundamental **é a valorização e aproveitamento dos recursos humanos e que os meios e instrumentos tecnológicos, se bem** que hoje indispensáveis, não devem ser hipervalorizados como panaceia para todos os males.

Ainda no aspecto da gestão dos recursos humanos, é imperioso que se adequem os quadros de pessoal às reais necessidades dos serviços judiciais e que se adoptem estratégias de gestão de pessoal de médio e longo prazo, o que nem sempre acontece, havendo desequilíbrios entre tribunais.

Quero agora falar-vos um pouco do panorama das acções executivas em Portugal:

Cerca de 80% das dívidas reclamadas junto da Justiça dizem respeito, sobretudo, a faltas de pagamento de serviços fornecidos por empresas de telecomunicações, operadoras de televisão por cabo e por seguradoras.

Os litigantes são sobretudo instituições financeiras, seguradoras, operadoras de telecomunicações e de televisão por cabo (JORNAL DE NEGÓCIOS | 25.02.2009).

Em geral e não há relativamente muitos meses nos Tribunais dos Juízos de Execução do Porto havia mais de 60.000 processos e em Vila Nova de Gaia cerca de 22.000 processos pendentes, sendo o número de funcionários claramente insuficiente para movimentar todos estes processos.

E há seguramente cerca de 500.000 acções executivas paradas no país inteiro nas mãos dos solicitadores de execução.

Não há dúvida de que perante isto não pode deixar de existir em Portugal **uma imagem de ineficácia da Justiça, directamente relacionada com a morosidade e muito em concreto com as acções executivas.**

Num recente estudo-publicado na Revista in Verbis em 3-11-08 efectuado pelo Vice-Presidente do Conselho dos Oficiais de Justiça Dr. JORGE ALMEIDA ESTEVES- Juiz de Direito- concluiu o mesmo que, em regra, os grandes problemas de morosidade estão nas Varas de Competência Mista, nos Juízos Criminais e nos Juízos Cíveis que ainda mantêm competência para tramitar as execuções (caso de Cascais), porque essencialmente têm de dar prioridade aos processos crime, que absorvem quase todo o tempo.

Quanto à questão da morosidade da acção executiva:

Para ela as sucessivas alterações legislativas (*a uma lei que nasceu com boas intenções mas que não teve resultados positivos*) não têm resultado, não obstante todos os contributos que têm sido sugeridos como, por ex., o que foi feito pelo Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados em 27-Jul-2008.

Como medidas de emergência para resolver a caótica situação actual o referido Vice-presidente aponta uma solução que se nos afigura equilibrada neste contexto actual.

“A morosidade na acção executiva, sendo o problema mais sério da justiça a nível nacional, decorre de um conjunto de factores muito complexo, que abrange questões de mentalidade (somos o país da Europa Ocidental com o maior número de acções executivas intentadas e com o maior índice de incumprimento das obrigações), falta de meios materiais e humanos, normas processuais complexas que privilegiam o formalismo, adopção de sistemas de execução pouco adequados à realidade, laxismo dos intervenientes processuais.

Haveria, pois, que neste momento dar dois passos essenciais:

- **Expurgação** do que reconhecidamente e nas actuais circunstâncias não tem viabilidade. *As execuções em que foi tentada a penhora de bens e nada foi encontrado deviam ser imediatamente extintas, por manifesta inutilidade, permitindo-se, no entanto, que o exequente possa intentar uma nova caso venha a ter conhecimento que o executado voltou a obter bens penhoráveis.*
- *Em seguida fazer redistribuição das restantes acções, não só entre os solicitadores de execução, mas também entre estes e os oficiais de justiça, aumentando-se deste modo o número de agentes de execução.*

Desta forma estas medidas permitiriam extinguir cerca de 50% das acções executivas pendentes.

Depois de resolvida a situação caótica actual, poder-nos-emos dedicar à tarefa de determinar qual o melhor sistema de acção executiva para a nossa realidade, o que **exigirá uma reflexão profunda e um debate alargado entre juizes, magistrados do Ministério**

Público, advogados, professores universitários, funcionários judiciais, solicitadores de execução, associações empresariais, associações de defesa do consumidor, debate esse que necessariamente se impõe e não foi, de todo, feito no âmbito da recente reforma da Acção Executiva.

Aqui fica uma proposta concreta que se reproduziu para viabilizar uma saída possível com vista a evitar a imagem degradante da eficácia da justiça na acção executiva, que, **além de impedir a efectivação dos direitos, abala a confiança dos cidadãos e dos agentes económicos no sistema de justiça, fragilizando o Estado de direito** e sendo potenciadora de um discurso irracional contra o direito, a justiça e todos operadores judiciários.

Chegados aqui podemos concluir com alguma segurança que a não resposta em tempo razoável do sistema de justiça ao cidadão passa por todos estes aspectos que referenciámos.

Por isso me permito aqui dizer que em nada ajudam as insinuações de responsabilização desta ou daquela classe profissional, quando é certo que o sistema de justiça depende de tantos e de tão variados factores.

Numa nota final, quero ainda referir-vos quanto ao funcionamento do Tribunal da Relação do Porto a que presido, as respostas da justiça em termos de tempo para decisão neste Tribunal, como de resto em todos os tribunais superiores do país, está numa média geral ou até inferior, em muitos dos casos, a 4 meses.

Como se verifica, isto não nos envergonha ao nível do que se pratica na Europa, embora reconheçamos que muito há ainda a fazer para que essa resposta seja dada com a mesma eficácia em alguns dos tribunais de 1ª instância que a não praticam, por razões que lhes são também alheias, como verificamos e na parte criminal ao nível da fase instrutória dos processos que efectivamente poderá ser melhorada com leis processuais mais eficazes.

Não quero deixar a ideia, com o que vos referi, de afastar totalmente responsabilidades pontuais de alguns magistrados judiciais (*e é apenas dos magistrados judiciais que vos posso falar*) em termos de não estarem a responder com a prontidão exigível na decisão esperada pelo cidadão: Trata-se de aspectos que estão confiados ao Conselho Superior da Magistratura, que vem vigiando cada vez mais essas situações por forma a aferir as verdadeiras causas e atrasos em determinadas comarcas do País dentro de todo o contexto que atrás descrevi.

Todos temos consciência de que o nosso sistema de justiça padece de fragilidades, algumas estruturais outras meramente conjunturais, mas importa que todos os principais responsáveis judiciários e políticos **não comecem por delapidar a sua reputação social, quando estava ao alcance deles encontrar soluções mais realistas e gerir melhor os consensos necessários à sua implementação**. Sem a confiança dos cidadãos, que também devem dar o seu contributo, e sem que seja afastado um ambiente de suspeição sobre os operadores judiciários, dificilmente se construirá um sistema de justiça eficaz e credível.

É decisivo para a democracia que os poderes se respeitem entre si e que os cidadãos respeitem os poderes. E na disciplina que isso exige, todos deveremos estar atentos.

E se isto é assim, *temos de ter consciência, também, de que a situação da Justiça só se agrava quando se aproveitam decisões judiciais, cuja legitimidade é tantas vezes posta em causa por motivos, no mínimo, levianos, para comentários de clara confrontação entre agentes políticos e agentes da Justiça, que desprestigia quem nela participa e lança novas achas na fogueira do descrédito*.

Por fim e a este propósito não resisto a citar-vos aqui alguns pequenos extractos de uma intervenção do Ilustre advogado **Dr. Miguel Veiga na recente apresentação de um Livro do Tribunal da Relação do Porto** (*cfr site do TRP em Notícias*).

Diz ele:

Os tempos actuais não são de moderação mas, sim, de mudança, de viragem, de desafio, em que o futuro da Justiça e do Direito é um processo radicalmente aberto e indeterminado em permanente movimento de auto-superação.

A justiça não é uma instituição como as outras, é a instituição mais simbólica do Estado e o poder simbólico da justiça permite a uma sociedade funcionar com simplesmente os sinais de autoridade. Se o sinal é fraco, decadente, a autoridade já não pode exercer-se senão com recurso à força. Se o sinal e o símbolo balança já não evocam nada para ninguém, então só resta empunhar a espada. E, quaisquer que sejam as, quantas vezes execráveis, razões da força, não pertencem elas ao mundo das estimáveis e desejáveis forças da razão.

É que, quando os indivíduos não respeitam uma autoridade superior que se chama justiça, os grupos sociais também deixam de respeitá-la. A justiça é um serviço essencial, o recurso da liberdade contra o poder, é a suprema instância da regulação dos conflitos. E nunca esqueçamos, recusando qualquer deriva para uma certa ideia de ordem, que a sociedade democrática é essencial, é a estruturalmente conflitual e que só nela se exprimem livremente as dissonâncias do mundo e as dissonâncias das pessoas. E os Juizes, como os supremos administradores da Justiça, são os primeiros garantes do Estado de Direito e dos direitos dos cidadãos. Urge respeitá-los e honrá-los social e politicamente sob pena de graves e irreparáveis danos para o Estado de Direito.

Recentes estudos de opinião revelam o lastimável juízo que os portugueses têm da administração da justiça. Ora consideram a inoperância do sistema como uma das principais ameaças à liberdade, ora situam os magistrados, numa escala de respeito, nas mais baixas posições. Ora, há vinte ou trinta anos encontravam-se eles entre os mais respeitados. Hoje são quase desprezados (cfr. p. ex. Expresso de 9.05.09).

Muito acima deles são considerados os médicos, os professores, os advogados os engenheiros, os polícias e até os jornalistas! Abaixo dos juizes, só os ministros e deputados... Esta é a “vox populi” (o que na sondagem de 9.05.09 já nem sequer acontece).

Ora sabemos o quão frustrante é aceitar que se dê como adquirida a inoperacionalidade no funcionamento da justiça associada à generalidade dos juizes que dão o melhor dos seus conhecimentos e dedicação total ao exercício das suas funções de julgar e no geral com grande sacrifício da sua vida familiar, sobretudo quando todos os diagnósticos efectuados apontam para uma multiplicidade de factores em si complexa e a abranger todos, não só os que directamente operam no sistema judiciário, como os que através do poder legislativo fazem leis de difícil execução **e a terminar por uma incompleta cultura de cidadania para evitar a litigiosidade em tribunal.**

Por isso recupero aqui mais alguns extractos da intervenção de Miguel Veiga:

“Apesar das centenas de excelentes juizes, aqueles de que não se fala e não aparecem nos “media”, a justiça está denegrida pela opinião pública que não vê nela nem competência nem probidade. Ora, como escrevia (referindo-se ao seu amigo António Barreto), um país sem justiça é um país perigoso.

Da nossa parte posso garantir-vos que os juizes permanecerão atentos – com a serenidade que as suas funções lhes impõem – e nunca negarão a sua colaboração na construção das soluções que os difíceis momentos por que passamos exigem.

